

# *O Ensino em Macau Criado e Gerido por não Chineses entre os Finais do Século XIX e o Início do Século XX*

Cheng Chun Wai George\*

## I. Introdução

Há inúmeros materiais de referência disponíveis para estudo sobre o ensino em Macau, entre os finais do século XIX e os inícios do século XX, incluindo obras do Padre Manuel Teixeira, do Padre Benjamim Videira Pires e de Beatriz Basto da Silva<sup>1</sup>, “bem como «O Ensino em Macau entre 1572 e 1979», do autor Aureliano Barata e “A Documentação Histórica do Ensino em Macau”, este último contendo 3 volumes<sup>2</sup>, em co-autoria com Albina dos Santos Silva, António Aresta e Aureliano Barata. Estes livros oferecem grande quantidade de importantes elementos de referência. Constam do Anexo do dito trabalho de Aureliano Barata um total de 39 documentos em português, redigidos entre 1836 e 1974. Estão reunidos em “A Documentação Histórica do Ensino em Macau” inúmeros documentos oficiais e particulares, entre os quais se contam dados históricos, tais como textos legais sobre o ensino, relatórios de trabalho e estatutos da constituição de escolas dos diversos escalões, entre outros. O autor fez o máximo uso desses materiais originais, relativos ao ensino de Macau para os estudos em epígrafe. O presente trabalho baseia-se em elementos originais e traduções, reunidos e ordenados pelo Instituto de Educação da Universidade de Macau, especialmente para um projecto de investigação, os quais contêm também dados encontrados no Boletim Oficial, bem como nos documentos em chinês ao seu alcance, na esperança de formar um quadro do ensino em Macau entre os finais do século XIX a os inícios do século XX. Tendo em conta o espaço da revista, o presente texto limita-se apenas ao tema em epígrafe

---

\* Professor assistente do Instituto de Educação da Universidade de Macau

<sup>1</sup> Por exemplo, *A Educação em Macau*, do autor Padre Manuel Teixeira: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982; *Os Extremos Conciliam-se*, do autor Benjamim Videira Pires, tradução de Suqing, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1992; *Cronologia da História de Macau Século XX (1990-1949)*, tradução de Jin Guoping, Macau, Fundação Macau, 1999.

<sup>2</sup> Aureliano Barata. *O Ensino em Macau, 1572-1979; Contributos para a sua História*, Macau: DSEJ, 1999; Albina dos Santos Silva, *Documentos para a História da Educação em Macau*, Macau, DSEJ, 1996-1998, 3 volumes.

## II. As Escolas de missões e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses antes e depois de 1880

Nos finais do século XIX, era relativamente baixo o nível do ensino da população de Macau, e o mesmo acontecia com os portugueses que aqui viviam. João de Andrade Corvo, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dedicou-se à pesquisa nas antigas possessões portuguesas da Ásia, deixando-nos alguns números respeitantes ao ensino dos residentes de Macau em 1878. Vejamos e seguinte quadro<sup>3</sup>:

		Saber ler e escrever	Analfabeto	População	Por unidades de cem		
					Taxa dos que sabem ler e escrever	Taxa dos analfabetos	Taxa dos que sabem ler e escrever
Masculino	Chineses	19510			32%	68%	
	Não chineses	1610	20555		70%	30%	
Feminino	Chinesas	372	23097275		7.5%	92.46%	1.55%
	Não chinesas	1564	653				70.50%
		23056	45030	68086			
Portugueses de Macau					75%	25%	
Portugueses vindos de Portugal					49%	51%	
Indivíduos de 1 a 10 anos de idade							
Nativos de Macau					89.23%	10.77%	
Descendentes de portugueses					49.4%	50.6%	

<sup>3</sup> João Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, Lisboa: Academia das Ciências, vol.4, 1887, pp.169-173

Os dados acima mencionados referem-se à existência de uma escola de meninas do ensino básico com 30 a 40 alunas e à escola de pilotagem<sup>4 e 5</sup>, com menos alunos do que alunas na altura em Macau. O então Convento de São José oferecia, na primária, línguas tais como português, inglês, latim e chinês, mas era frequentado por muito poucos estudantes. Além das escolas públicas havia ainda 16 escolas privadas que tinham 407 alunos, dos quais 245 eram do sexo masculino e 162 do sexo feminino. O Instituto Comercial tinha disciplinas de Português, Inglês, Aritmética, Funções, Geometria, Contabilidade Comercial, Noções Básicas de Química, bem como Geografia, História e Educação Cristã. Diz-se que chegou a ter 69 estudantes. Havia 4 escolas que ensinavam português e uma que leccionava francês. Importa referir a Escola da Catequese, dirigida por duas professoras, uma das quais era chinesa, que dava aulas a chineses, e a outra, uma freira, que leccionava a portugueses. Santa Rosa de Lima, instalada no Convento de Santa Clara era uma instituição de ensino. Conforme as informações supracitadas, existiam na altura 70 escolas masculinas, das quais cada uma tinha, em média, 22 alunos e 3 escolas de meninas que tinham, em média, 14 alunas. É de salientar que havia em Macau 10223 crianças chinesas, das quais só 1576 frequentavam a escola, mas os autores dizem que isto se devia à possibilidade de elas, na sua maioria, aprenderem com os pais, motivo pelo qual era pequeno o número de meninos que iam à escola.

## 1. Colégio da Imaculada Conceição

Foi fundada uma instituição designada por “Casa D’Educação” por aviso oficial do Governo de Macau<sup>6</sup>, de 7 de Abril de 1860. Esta institui-

<sup>4</sup> A escola de pilotagem de Macau pode remontar aos anos 70 do século XVIII. Conforme o Padre Manuel Maria Alves da Silva, o Padre Manuel Teixeira disse que as disciplinas de Navegação e Matemática foram atribuídas ao Colégio da Imaculada Conceição, de acordo com o decreto-lei de 5 de Julho de 1862. E mais, a nova escola de pilotagem de Macau foi fundada pelo Governador de Macau, Martinho Pinto de Queirós Montenegro em 1906, com muito poucos alunos. Só tinham sido vistas as notas de 5, após o exame de Julho de 1987.

<sup>5</sup> Padre Manuel Teixeira, *a Educação em Macau* (Macau: DSEC, 1982), pp.17-35; A Escola de Pilotagem de Macau, tradução de Tianyu, *Estudos Históricos de Macau*, 11 de 2011, 10o número, pp.167-175; *Escola de Pilotagem*, BPMT, 1879-07-19, 25.29, pp.155.

<sup>6</sup> “Casa D’Educação”, BGM, 1860.4.7, Vol.6-No.18, p.72.

ção dedicava-se a leccionar disciplinas como Português, Francês, Leitura, Composição, Gramática das ditas línguas e ainda História, Geografia, bordados e costura, para não falar do ensino de piano, música vocal, desenho e Inglês, as quais eram pagas à parte. Serviam estas disciplinas para melhorar a educação das meninas. O ano lectivo começava, na altura, no dia 1 de Maio de cada ano. Mais tarde, apareceu outra escola de renome, o “Colégio da Imaculada Conceição”. Ainda segundo os dados acima citados, essa escola de meninas, foi criada com autorização concedida pelo Governador de Macau, José Rodrigues Coelho do Amaral, mediante a publicação de um aviso público, em 28 de Dezembro de 1863, a quem o Barão Bernardino de Senna Fernandes tinha apresentado um pedido em nome próprio e de todos os grupos étnicos de Macau. Este aviso publicou também, em Anexo, os Estatutos do dito colégio, assinados pelo Leal Senado (posteriormente mudou de nome para “Serviços Cívicos”). De acordo com os Estatutos, o prazo de vigência da escola era de 4 anos. Findo este prazo, a sua continuação dependeria das quantias a angariar ou das doações a receber. O Barão foi eleito tesoureiro e na lista das contribuições só apareciam oito personalidades. O trabalho de ensino ficava a cargo de uma freira, de nacionalidade francesa, vinda do Colégio de São Paulo. Eis as

Disciplinas leccionadas: Educação católica e religiosa, Leitura, Escrita, Cálculo, Costura, Protocolo, História, Geografia, Introdução à Astronomia e Francês. Podiam acrescentar-se ainda as disciplinas de Inglês, Música e Desenho, caso houvesse condições. Aberto o curso de português, seria contratado um professor de português, natural de Portugal, para leccionar a língua. O número-limite de alunos era de cem.<sup>7</sup> Em 1882, foi fundada a Associação Protectora do Colégio da Imaculada Conceição para a sua manutenção e financiamento.<sup>8</sup> Ao verificarem-se as receitas e despesas da dita escola, realizadas entre 1864 e 1871, percebe-se que os seus fundos provinham, uma parte, das vendas de caridade efectuadas em Shanghai e Macau, e a outra parte provinha de Hongkong.<sup>9</sup> A Associação encerrou a sua actividade em 1870 e reabriu em 1872, acabando por ser dissolvida em 1894, quando a freira francesa a deixou.

<sup>7</sup> “Estatutos da escola de meninas, BGM, 1863.12.28, Vol.9-No 56, pp.225-226”.

<sup>8</sup> “Estatutos da Associação Protectora do Collegio da Immaculada Conceição”, BO-GPMT, 1892.5.19, Vol.38-No.20, pp.145-146.

<sup>9</sup> “Conta corrente do Collegio da Immaculada desde o anno de 1864 até o corrente anno de 1871, BPMT, 1871.11.6, Vol.17-No.45, pp.182 ”

Os restantes fundos passaram a ser usados na abertura da escola de artes e ofícios, cujo ensino profissional abrangia sete ofícios: sapateiro, alfaiate, impressão, encardenação, mecânica e desenho.<sup>10</sup>

## 2. Colégio de Santa Rosa de Lima

O nome “Recolhimento de Santa Rosa de Lima” apareceu pela primeira vez em 1782, derivado de um orfanato de 1726.<sup>11 e 12</sup> Em 21 de Dezembro de 1848, a Irmandade das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paula começou a tomar conta do “Recolhimento de Santa Rosa de Lima” e a proporcionar o ensino a crianças. Mais tarde, em conformidade com o decreto-lei de 2 de Outubro de 1856, passou a ser uma instituição dependente do Convento de Santa Clara<sup>13</sup>, tendo mudado de lugar oficialmente em Março de 1857.<sup>14</sup> Segundo Aureliano Barata e de arcodo com uma lei de 1834, que acabou com todas as instituições da igreja, como resultado, o Convento foi encerrado, devido ao falecimento da última freira. João de Andrade Corvo assinalou, no relatório de 20 de Maio de 1873<sup>15</sup>, que era urgente estabelecer e pôr em execução as regras e o sistema de ensino do Colégio de Santa Rosa de Lima e aludiu ao facto de ter deixado de ser uma escola das missões, passando para uma escola comum, após o falecimento da última freira, devendo todo o pessoal, administrativo e docente, ser do sexo feminino e nascido em Portugal. O Convento encerrou

<sup>10</sup> “Portaria, No.123”, BOGPMT, 1894-6.9, Vol.40.No.23, p.279; Aureliano Barata, O Ensino em Macau, 1572-1979, pp.178-181, pp.251-253.

<sup>11</sup> D. Domingos Lam manifesta o mesmo parecer em “Expectativa e Tendência do Trabalho das Freiras da Diocese de Macau”, mas lê-se opinião diferente em “Desenvolvimento da causa da educação católica de Macau”. Por outras palavras, a Casa de Caridade criou um orfanato que dava asilo a orfãs descendentes de portugueses de tenra idade e desamparadas, tendo encerrado as suas portas em 1737, devido à falta de dinheiro. D. Marcelino José de Silva estabeleceu outro orfanato destinado exclusivamente a orfãs, que mudou de nome para Recolhimento de Santa Rosa de Lima. Os dois artigos encontram-se reunidos em *Extratos de Eventos Históricos da Diocese de Macau (I)*, livro compilado pela divisão do ensino e administração da diocese de Macau em 1989, (o original sem paginação).

<sup>12</sup> Andres Ljungstedt: *História Antiga de Macau*, tradução de Wu Yixiong e outros, Beijing, Editora Oriente, 1977, p.54.

<sup>13</sup> Aureliano Barata, “O Ensino em Macau”, 1572-1979 (Macau: DSEJ, 1999), pp.64-65

<sup>14</sup> Manuel Teixeira, “Macau e a Sua Diocese” (Macau: Tipografia Soi Sang, 1961), Vol.3, pp.511-523.

<sup>15</sup> “No.28”, BPMT, 1873.7.12, Vol.19-No.28,p.111.

em 1875, quando a sua última freira faleceu.<sup>16</sup> O Convento, assim como os seus bens públicos, foram transferidos para o Colégio de Santa Rosa de Lima, cujos estatutos entraram em vigor em 18 de Fevereiro de 1875. Segundo estes, o Recolhimento de Santa Rosa de Lima continuava a funcionar no Convento de Santa Clara, proporcionando o ensino a meninas, sendo-lhe dado então o nome de Colégio de Santa Rosa de Lima.<sup>17</sup> que entrou em funcionamento oficialmente em 11 de Dezembro de 1875.<sup>18</sup> O bispo da diocese fez um discurso na cerimónia da sua inauguração.<sup>19</sup>

De acordo com os regulamentos internos do Colégio de Santa Rosa de Lima, aprovados em 21 de Agosto de 1875, este devia ministrar os ensinamentos primário e secundário. O ensino primário dividia-se em duas classes; a primeira tinha 4 disciplinas: Leitura, Escrita e as 4 Operações Fundamentais de Aritmética (números integrais e fracções) e a de Religião Católica e Catecismo. A Leitura dividia-se em seis: Introdução à Gramática e Princípios de Análise, História de Portugal, Resumos de Geografia e Geografia das Províncias Ultramarinas de Portugal, Base do Protocolo, Aritmética e Uso e Explicação dos Sistemas de Pesos e Medidas (estabelecidos por lei) e Desenho e Sua Aplicação Eficaz na Vida Diária. Quanto ao ensino secundário, contava com sete disciplinas: Português e Gramática, Francês, Inglês, Novo Testamento e Velho Testamento, Desenho e Sua Aplicação Eficaz na Vida Diária, Música Vocal e Música de qin (instrumento de 7 cordas), Ginástica, Higiene e Trabalhos Domésticos. Importa referir que havia uma disciplina de trabalhos de costura, destinada a meninas de famílias não abastadas.<sup>20</sup> Em 1903, as Missionárias Franciscanas de Maria tomaram conta do Colégio de Santa Rosa de Lima, sendo desterradas depois de 1910, data da fundação da República em Portugal.<sup>21</sup>

<sup>16</sup> Aureliano Barata, “*O Ensino em Macau*”, 1572-1979, p.182.

<sup>17</sup> Aureliano Barata, “*O Ensino em Macau*”, 1572-1979, pp.181-182; “Estatutos regulamentares para o collegio do sexo feminino na cidade de Macau”, BPMT, 1875.2.20. Vol.21-No.8, pp.35-37

<sup>18</sup> Aureliano Barata, *O Ensino em Macau*, 1572-1979, p.186.

<sup>19</sup> “Discurso proferido pelo governador do bispado d’esta diocese... ensino da abertura do Collgio de Santa Rosa de Lima, BPMT, 1875.21.11, Vol.21-No.50,pp.209-210”

<sup>20</sup> “Regulamento interno do Colégio de Santa Rosa de Lima”, BPMT, 1875.8.21, Vol.21-No.34, pp.143-145, BPMT, 1875.8.28, Vol.21-No.35, pp.147-150

<sup>21</sup> D.Domingos Lam: “*História da Criação e Evolução da Escola de Santa Rosa de Lima*”, “*Extratos de Eventos Históricos da Diocese de Macau (I)*”

### 3. Seminário de São José

O Seminário de São José de Macau foi construído em 1728. Em 1762, quando Portugal expulsou os jesuítas, o Seminário foi obrigado a fechar. Em 1784 voltou a abrir e em 1845, quando a França ordenou a saída dos jesuítas que se encontravam em Macau e obrigou a que deixassem a cidade, voltou a encerrar, só tendo tornado a recrutar alunos em 1862.<sup>22</sup> Em 1870 foi implementado um plano de reestruturação, cuja finalidade era a de formar clérigos, dando prioridade a chineses, para que estes viessem depois a assumir as missões para servir a Igreja e a tornarem-se missionários da diocese, bem como, para ministrar o ensino médio a quem não se interessasse pelo estudo dos conhecimentos de teologia. Havia, por isso, dois cursos, dos quais um era de carácter preparatório, que incluía o ensino médio, e o outro, de ensino mais elevado, destinado à formação de clérigos.<sup>23</sup> Conforme aviso publicado pelo Seminário em 29 de Agosto de 1872, o Conselho consentiu que se inserissem as disciplinas de Contabilidade Comercial, Matemática e Actividades Bancárias. Os alunos tinham de aprender o Chinês (cantonês, mandarim, gramática de chinês e tradução e literatura chinesa). O Seminário contava com 3 professores.<sup>24</sup> De acordo com o decreto do Governo de 22 de Dezembro de 1881, a instituição foi reestruturada, passando a chamar-se “Seminário-Liceu de S. José de Macau”. Como resultado, as disciplinas de Navegação e Comércio continuaram a pertencer ao Seminário de São José.<sup>25</sup>

No ano lectivo de 1885-1886, foram ministrados o ensino primário e o secundário. Importa referir que se ensinava ainda Português, disciplina destinada só a alunos chineses. No ano lectivo de 1888-1889, ao Seminário foram anexas a Escola Comercial, que tinha as disciplinas de Chinês e Inglês (os três níveis) e 6 alunos submetidos a exame final, e ainda a Escola Central que contava com 45 alunos submetidos a exame final. Na Escola Central havia um curso de ensino básico médio, frequentado por 112 alunos da primária e da secundária.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> Tang Kaijian: *O Canto Estrangeirado: Civilização do Ocidente em Macau Durante os Séculos XVI a XIX*, Editora da Universidade de Jinan, Cantão, 2016, pp.901-925

<sup>23</sup> “Regorganização do Seminário de S.José de Macau”, BPMT, 1870.11.28, Vol.16-No.18,pp.199-201.

<sup>24</sup> Seminário de S.José de Macau”,BPMT, 1870.8.31, Vol.18-No.36,p158.

<sup>25</sup> Padre Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, p.240; (sem título), BPMT, 1882.3.4, Vol.28-No.9, pp.60-61.

<sup>26</sup> “Resultados dos exames finaes dos alumnos d’este seminario e das escolas annexas relativos ao anno lectivo de 1881 a 1889”,BPMT, 1889.9.19, Vol.35-No.38, pp.299-302.

No artigo 14º do decreto de 20 de Setembro de 1870 estipulava-se que só os portugueses podiam exercer os cargos de director, de professor e de chefe administrativo dos Serviços de educação. Esta disposição não veio a permitir a abertura de cursos, pelo que algumas personalidades esclarecidas apresentaram uma petição ao então Governador de Macau, a favor da Companhia de Jesus. Consequentemente, o Padre Jesuíta ficou mais um ano a gerir o Seminário. Entretanto, o número de 377 alunos do ano anterior diminuiu para 270. Em Agosto de 1871 chegaram novos professores para o lugar dos jesuítas.<sup>27</sup> Como resultado baixou o nível do ensino em virtude do despedimento dos jesuítas. Em 1870, havia, para além dos alunos externos, apenas 15 ou 16 alunos chineses e 4 ou 5 alunos portugueses nascidos em Macau. Em 1881 contavam-se 40 internos e 28 externos. Citando a advertência do Leal Senado, o Padre Manuel Teixeira dizia que a instituição decaíu tanto que ficou sem a sua capacidade completa.<sup>28 e 29</sup> Entre 1890 e 1910 o Seminário voltou a ser gerido pelos jesuítas, que lhe voltaram a trazer uma alma nova, até ao dia de 8 de Outubro de 1910, quando a República Portuguesa tornou a expulsar os jesuítas.<sup>30</sup>

#### 4. Associação Promotora da Instrução dos Macaenses

Face à situação da reorganização do Seminário de São José, os macaenses fundaram voluntariamente, a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses que, em 1978, instalou a Escola Comercial no campus do Seminário de São José.<sup>31</sup> Conforme os primeiros estatutos, redigidos em 29 de Setembro de 1871, a Associação tinha por objetivo óbvio criar uma escola comercial, um lugar que pudesse garantir, de modo estável e

<sup>27</sup> Padre Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp.228-234.

<sup>28</sup> O Padre Manuel Teixeira citou, na sua obra *A Educação em Macau*, alguns números relativos aos alunos. O que prova outra vez o facto da queda do nível do ensino. Em 1909-1910 havia 285 alunos inscritos e 533 em 1924-1925. Apesar de Portugal ter proclamado a República em 1910, quando muitos alunos portugueses renunciaram aos estudos, o número de cerca de 80 alunos ainda se manteve.

<sup>29</sup> Padre Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, p.238.

<sup>30</sup> Padre Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, p.424; Bispo D.Domingos Lam: “Breve História do Seminário de São José de Macau”, “Extratos de Eventos Históricos da Diocese”

<sup>31</sup> Aureliano Barata, “*O Ensino em Macau*”, 1572-1979, p.66



satisfatório, a oferta de educação e ensino aos macaenses.<sup>32</sup> Todavia, esse objectivo não foi alcançado em cinco anos, pelo que se decidiu financiar o Colégio da Imaculada Conceição com recurso a subsídios, na condição de ele admitir dez externos gratuitamente. Em 1881, este Colégio foi reorganizado, tendo sido aditada a disciplina de Comércio. O mesmo acabou por se fundir com a Escola Secundária do Seminário São José. Em 1901, o Leal Senado criou o Instituto Comercial que passou a ministrar as seguintes disciplinas para os cinco anos: Português, Francês, Alemão, Inglês, Chinês, Aritmética, Ciências Naturais, Geografia, Introdução à História do Mundo, História da China, Caligrafia, Contabilidade Comercial, Comércio, Geografia Comercial, Aritmética Comercial, Correspondências Comerciais, Direito Comercial e Economia Política. Mais tarde, o Instituto Comercial fundado pela dita Associação deixou o Seminário de São José, conseguindo dedicar-se ao ensino.<sup>33</sup> Segundo a Portaria de 7 de Outubro de 1903, as disciplinas, na sua maioria, passaram para o Liceu de Macau.<sup>34</sup> Perante esta situação, a Associação pediu ajuda ao Seminário de São José, mas foi em vão pensar reconstruir a Escola Comercial. Foi assim que nasceu uma escola de inglês prático em 25 de Outubro de 1915, com sede na Calçada do Gamboa, tendo as disciplinas, divididas por 4 níveis, incluindo Inglês, Matemática Básica do Comércio, Geografia, Contabilidade, Comércio (Teoria comercial, Prática comercial, Escritório comercial, Correspondências comerciais, inclusive), Caligrafia, Estenografia e Dactilografia. Em 9 de Dezembro de 1919, a Comissão da Associação deliberou mudar o nome para Escola Comercial de Pedro Nolasco da Silva.<sup>35</sup>

### III. Ensino público em Macau antes e depois de 1990

O Boletim Oficial publicou em forma de quadro os números relativos à educação pública em Macau, reunidos até 31 de Janeiro de 1905. De acordo com esses números, citam-se aqui algumas escolas das missões de Macau, entre as quais se contavam as 3 escolas sob a tutela das Irmãs

<sup>32</sup> Aureliano Barata, “*O Ensino em Macau*”, 1572-1979, p.168; “No.51”, BPMT, 1871.10.2, Vol.17-No.40,p.160.

<sup>33</sup> Aureliano Barata, *O Ensino em Macau*, 1572-1979, p.68; “Portarias, No.59”, BO-GPM, 1901.8.10, Vol.1-No.32,pp.186-188

<sup>34</sup> “Portarias, No.92”, BOGPM, 1903.10.10, Vol.3-No.41,p.319.

<sup>35</sup> Aureliano Barata, “*O Ensino em Macau*”, 1572-1979, pp.172-173.

Canossianas: Casa de Beneficência (215 alunos, dos quais 42 externos portugueses, 78 internos portugueses e 95 internos chineses), Colégio da Perseverança (36 alunos, dos quais 25 alunos portugueses e 11 chineses) e Escola de Meninas em São Lázaro (74 alunas, das quais 13 alunas portuguesas e 61 chinesas). Além disso, havia a Escola de Rapazes em São Lázaro (47 alunos chineses), o Colégio de Santa Rosa de Lima (97 alunos) e as escolas pertencentes ao Leal Senado da Câmara: Escola Central do Sexo Masculino (22 alunos), Escola Central do Sexo Feminino (35 alunas), Escola de português para chinas (25 alunos), Aula de língua sinica (11 alunos), Aula de língua inglesa para o sexo feminino (2 alunas), Lyceu Nacional de Macau, isto é, Lyceu de Macau (19 alunos), Seminário Diocesano de São José (388 alunos, dos quais 205 internos e 183 externos), Escola de S. Francisco Xavier (127 alunos inscritos, dos quais só 73 efectivos). Quanto à Comissão da Câmara Municipal da Taipa e Coloane, tinha escolas públicas e particulares; sete na Taipa (173 alunos, dos quais 145 do sexo masculino e 28 do sexo feminino) e 6 em Coloane (uma já estava fechada), com 75 alunos, dos quais 45 do sexo masculino e 30 do sexo feminino.<sup>36 e 37</sup> No mesmo quadro indicava-se D. João, onde existiam duas escolas públicas com 27 alunos. Importa referir que as 7 escolas na Taipa eram geridas pelas Irmãs Canossianas, que tinham 28 alunas.<sup>38</sup>

## 1. Alguns dados sobre algumas escolas

No que toca à educação em Macau nos finais do século XIX, “A História da Educação de Macau”, do autor Liu Xianbing, revela certas informações vindas num índice de Macau, datado de 1890.<sup>39</sup> Na consulta a esse índice, referem-se não só o Conselho da Instrução Pública, de que era presidente o então Governador, no ítem “Governo e suas repartições

<sup>36</sup> “Departamento dos Assuntos Políticos na Taipa e Coloane”. Em Julho de 1982 foi autorizada a fundação de duas escolas públicas, uma em cada sítio onde se ia realizar o ensino em chinês a meninos de famílias necessitadas.

<sup>37</sup> “Sem título”, BPMT, 1882.7.29, Vol.28-No.30, p.258.

<sup>38</sup> “Missões de Macau”, BOGPM, 1905.3.28, Vol.5-No.12, Suplemento, pp.102.

<sup>39</sup> *Directorio de Macau para o anno de 1890* (Macao: Typographia Correio Macaense, s.d.), p.6; pp.36-40. Liu Xianbing: *História da Educação em Macau*, Beijing, Editora do Povo, 1999, p.10.

administrativas”, como ainda os seguintes nomes relativos ao ensino e à educação em outros ítems:

(1) Seminário de São José, com 14 professores e empregados, sem falar do diretor e do subdiretor. Olhando para os títulos, o corpo docente leccionava as seguintes disciplinas: História, Teologia, Matemática, Português, Latim, Desenho e Música. Ensinava-se o Português e o Latim a chineses e o Cantonês a chineses e estrangeiros. Havia ainda uma escola primária.

(2) Havia escolas públicas, tanto para meninas, como para rapazes espalhadas pela Freguesia da Sé; na Freguesia de São Lourenço existia uma escola para meninas e uma de pilotagem. Cada uma tinha apenas um professor.

(3) Colégio de Santa Rosa de Lima.

(4) Escola Central de Instrução Primária, com uma turma de crianças e uma turma de nível mais elevado.

(5) Associação Promotora da Instrução dos Macaenses.

(6) Escola Comercial.

(7) Escola Pública de Língua Portuguesa para os Chinas.

De acordo com as estatísticas de Outubro de 1891, durante o ano lectivo de 1890-1891, o número total dos alunos das escolas primárias e secundárias era de 818, dos quais 403 frequentavam o Seminário de São José. As escolas indicadas em (2) tinham 87 alunos no total. O Colégio de Santa Rosa de Lima contava com 140 alunas e as escolas particulares, 188 alunos.<sup>40</sup> As escolas referidas em (2) foram criadas por resolução tomada pela Comissão dos Assuntos Políticos de Macau, em 18 de Novembro de 1871, quando o Barão Bernardino de Senna Fernandes pediu ao então Governador Sérgio de Sousa que autorizasse a instalação da referida escola de rapazes em imóveis seus no Bairro de Santo António.<sup>41</sup> Confor-

<sup>40</sup> “Mappa estatístico das escolas de instrução primaria e secundaria d’esta citado no anno lectivo de 1890 a 1891”, BOGPMT 1891.12.17, Vol.38-No.51, p.410

<sup>41</sup> “No.67”, BPMT, 1871.12.4, Vol. 17-No.49, p.195; “Sem título”, BPMT, 1871.12.25, Vol.17-No.52, pp.208-209; Aureliano Barata, *O Ensino em Macau, 1572-1979*, pp.65-66.

me exames e pautas publicadas no Boletim Oficial, a dita escola do sexo masculino tinha 34 alunos inscritos em 1877 e 36 em 1878; a Escola de Meninas na Freguesia de S. Lázaro tinha 16 e 29 matriculadas, respectivamente, em 1877 e 1878.<sup>42</sup> E a mesma Escola de Rapazes tinha 33 e 13 alunos inscritos, respectivamente, em 1881 e 1882; a dita escola feminina contava com 55 e 50 alunas inscritas, respectivamente, em 1881 e 1882. A Escola de Meninas da Freguesia da Sé tinha 33 e 40 alunas inscritas em 1881 e 1882.<sup>43</sup> Essas duas escolas femininas juntaram-se e tornaram-se na Escola Central do Sexo Feminino depois de 1895, cujo prédio escolar era o mesmo onde funcionava a Escola Feminina da Freguesia de S. Lázaro.<sup>44</sup> Em 5 de Agosto de 1882, o Conselho Administrativo de Macau apreciou e aprovou o orçamento suplementar do ano financeiro de 1882-1883. Este orçamento era destinado à criação de uma escola masculina primária preliminar na Freguesia da Sé, para proporcionar o ensino básico de português a macaenses, chamada Escola Municipal.<sup>45</sup> Foi criada oficialmente em 1 de Setembro de 1882, com sede no no 17 da Rua de S. Domingos.<sup>46</sup> Quanto à Escola indicada em (4), conforme relatório de 1884, apresentado pelo director, a Escola Central de Rapazes foi inaugurada oficialmente em Setembro de 1883, ministrando o ensino primário. Tinha 4 professores e 175 alunos inscritos (Vide Figura I) e dois cursos com dois níveis, um de nível elevado e outro primário; cada nível tinha duas turmas, uma de nível superior ao da outra, que, por seu turno, tinha duas sessões, uma igualmente de nível mais elevado do que a outra. Todavia, não se aplicavam esses níveis ao primeiro ano. A turma primária teve inicialmente 89 alunos e mais 41 depois, mas, finalmente, apenas 121 alunos compareceram no exame final.<sup>47</sup>

<sup>42</sup> “Mappa do resultado do exame final”, BPMT, 1877.8.11, Vol.23-No.32, pp.143-144; “Mappa do resultado dos exames finais”, BPMT, 1878.8.24, Vol.24-No.34, p.135; Mappa da classificação do exame final, BPMT, 1878.8.24, Vol.24-No.34, p.135.

<sup>43</sup> Aula pública da cidade de Macau, BPMT, 1881.8.27, Vol.27-No.35, pp.245; “Escola do ensino primário elementar do sexo feminino da Freguesia da Sé”, BPMT, 1881.9.3, Vol.27-No. 36, p.260; “Escola pública de instrução primária da cidade de Macau”, BPMT, 1882.8.26, Vol.28-No.34, pp.297-298; Escolas publicas de instrução primaria da cidade de Macau, BPMT, 1882.8.19, Vol.28-No.33, p.287.

<sup>44</sup> “Portaria, No.114”, BOGPMT, 1895.8.10, Vol.41-No.32, p.340.

<sup>45</sup> “Orçamento suplementar do Leal Senado”, BPMT, 1882.8.5, Vol.28-No.31, p. 265.

<sup>46</sup> “Edital”, BPMT, 1882.8.26, Vol.28-No.34, pp.319;320.

<sup>47</sup> “Relatório”, BPMT, 1884.8.23, Vol.30-No.34, pp.319-320.

ANNO LECTIVO DE 1883-84								
Mappa estatístico da Escola Central								
Classe	Numero de alumnos matriculados no principio do anno lectivo	Numero dos alumnos trahidos durante o anno	Numero dos que desistiram	Numero dos que continuaram até o fim do anno	Numero dos que se apresentaram aos exames finais	Numero dos que foram approvados	Numero dos que ficaram reprovados	Porcentagem dos approvados calculada sobre o numero dos que se conservaram até o fim do anno, dando como reprovados os que não se apresentaram
<b>GRAU COMPLEMENTAR</b>								
Classe inferior.....	86	0	5	31	24	30	4	64,5%
<b>GRAU ELEMENTAR</b>								
Classe superior.....	50	4	6	48	46	31	15	64,5%
<b>Classe inferior:</b>								
2.ª secção ou secção superior.....	51	16	7	60	59	34	35	56,6%
1.ª secção ou secção inferior.....	38	26	2	61	50	23	37	37,7%
Total.....	175	45	20	300	179	108	71	.....

Figura I: Estatísticas da Escola Central do Ano Lectivo de 1883-1884.

Esta Escola Central de Rapazes era o resultado da anexação das 4 escolas primárias da altura.<sup>48</sup> A Escola indicada em (5) refere-se à Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, que financiava a Escola Comercial, a qual começou em 1898, tendo uma comissão de orientação. A Escola Comercial a que se alude em (6) funcionava no Seminário de São José, leccionando em especial o Inglês Prático e o Chinês<sup>49</sup>. Seis alunos do curso de Chinês e 45 alunos do curso de Inglês (duas turmas) submeteram-se a exame final no ano lectivo de 1888-1889.<sup>50</sup> Quanto à escola indicada em (7), conforme aviso do Governo de Macau, publicado em 6 de Outubro de 1883, um curso de Português iria abrir na casa No.1 da Rua de São José. Nesse curso podiam inscrever-se crianças chinesas. Esta Escola foi inaugurado oficialmente em 22 do mesmo mês e ano. O horário das aulas era das 9:30 às 14:30.<sup>51</sup> Em 1886, entrou em funcionamento um edifício escolar, totalmente novo. Foi então contratado um professor. Primeiro planeou-se a abertura do curso de Português e depois o de Direito Português, Civilização e História de Portugal, na esperança de que os alunos entrassem no sistema do ensino médio que estava então em fase de construção, para depois se irem aperfeiçoar a Portugal.<sup>52</sup> Foi frequentado por 66, 59 e 37 alunos, respectivamente, durante três anos (1884-1886).<sup>53</sup>

<sup>48</sup> “Relatório do director da Escola Central”, BPMT, 1885.9.24, Vol.31-No.38, pp.401-403.

<sup>49</sup> Aureliano Barata, *O Ensino em Macau, 1572-1979*, p.66.

<sup>50</sup> “Resultados dos exames finais dos alumnos d’este seminario e das escolas anexas relativos ao anno lectivo de 1888 a 1889”, BPMT, 1889.9.19, Vol.35-No.38, pp.299;302.

<sup>51</sup> “Annuncio”, BPMT, 1883.10.6, Vol.29-No.40, p.346.

<sup>52</sup> “Discurso proferido por S.Exa, o Governador na «Inauguração da casa para a nova Escola de Portuguez para os Chinas», BPMT, 1886.10.7, Vol.32-No.40, pp.381-382.

<sup>53</sup> “Mappa dos alumnos que frequentaram as escolas de instrucção primaria”, BPMT, 1886.9.16, Vol.32-No.37, p.367.

Os nomes dos chineses acima mencionados, à exceção da Escola de Pilotagem, provinham todos da versão chinesa de certos documentos originais, tais como Conselho de Instrução Pública, Seminário de São José e Colégio de Santa Rosa de Lima os quais apareceram pela primeira vez no Boletim Oficial de 1877, sendo também inseridos na lista dos organismos públicos de Macau.<sup>54</sup> Por sinal, encontram-se elementos de referência a essas informações em “Zhixinbao” (Jornal de Novos Conhecimentos) de 1897. Nos finais do século XIX, quando a população de Macau não chegava a 80 mil, 74568 eram chineses e 3898 eram portugueses (dos quais 3106 macaenses e 615 nativos de Portugal e 177 nascidos em outras colónias portuguesas) e 161 de outros países. Nessa altura, havia em Macau as seguintes organizações ligadas ao ensino: 4 Escolas Centrais de instrução primária, uma Escola Comercial, uma Escola Pública de língua portuguesa para chineses e a “A Associação Promotora da Instrução Primária”.<sup>55</sup> Não houve grandes progressos na área da educação pública em Macau entre 1890 e 1897. Entretanto, o Governo de Macau promulgou o decreto da fundação do Liceu de Macau em 27 de Julho de 1893, o qual começou a funcionar em 28 de Setembro de 1894.<sup>56</sup> O primeiro director do Liceu de Macau foi João Gomes da Silva, e nos primeiros anos, as aulas eram dadas no antigo Convento de Santo Agostinho.<sup>57</sup> Em 1903, devido a um desmoronamento, as instalações mudaram para o Hotel Bela Vista. Frequentavam o Liceu, no ano lectivo de 1909-1910, 18 alunos no curso do ensino médio e 19 no curso de Comércio.<sup>58</sup>

## 2. Programa da reforma do ensino público

Manuel Teixeira de Sampaio Mansilha, que assumiu, em Outubro de 1908, o cargo de Secretário-Adjunto, dizia, referindo-se ao problema da educação em Macau, em “*Meu parecer sobre a forma como se deve aplicar o ensino*”. Realçava que Macau apresentava características próprias distintas das outras colónias, uma vez que era peculiar o modo de vida. Nesse território, a população, na sua maioria, era chinesa e mantinha os seus próprios costumes, hábitos e tradições. Para ele, face ao problema

<sup>54</sup> “Nomes das repartições públicas de Macau”, BPMT, 1877.5.12, Vol.23-No.19.p.78.

<sup>55</sup> “Introdução aos portos orientais”, *Zhixinbao*, 23º ano do reinado do imperador Guangxu, 1 de julho, vol.29, p.28.

<sup>56</sup> João F.O. Botas, *Liceu de Macau* (1893-1999) (Macau: n.p.,2007), p.25.

<sup>57</sup> “Portarias, No.92”, BOGPMT, 1894.4.14, Vol.40-No.15, p.154.

<sup>58</sup> Benjamin Videira Pires: *Os Extremos conciliam-se*, p.182.

do ensino em Macau, devia dar-se prioridade aos portugueses por serem em menor número. Salientava ainda que qualquer instituição de ensino devia escolher materiais práticos para formar pessoas para entrarem nos domínios do comércio, indústria e secretariado. A escola secundária não era uma instituição adequada à concretização do objetivo do ensino superior em Macau, tendo em conta os seguintes factos confirmados: existiram apenas 174 alunos no ensino secundário entre 1894 e 1907, e entre 1900 e 1907 a taxa dos alunos admitidos caiu consideravelmente; entre 1902 e 1903 não houve nenhum aluno inscrito e em 1906-1907 não houve nenhum aluno graduado; no entanto o Governo não parava de pagar grandes somas de dinheiro. Acrescentava que, considerando que no Extremo Oriente o sector comercial e de negócios precisava de muito pessoal especializado e capaz, devia ser criada uma escola superior de comércio em Macau, para ministrar os conhecimentos que se davam em escolas do género no exterior. Esse tipo de escola comercial devia oferecer um curso de três níveis, primário, preparatório e superior. A nível primário deviam ensinar-se noções e conhecimentos básicos adequados aos alunos do primeiro e do segundo anos da escola primária; no nível preparatório, deviam ministrar-se conhecimentos que permitissem aos alunos aprender, compreender e dominar um certo grau de conhecimentos mais elaborados e a nível superior deviam ensinar-se conhecimentos complexos e avançados mais necessários à realização de actividades comerciais, de modo a que os alunos pudessem com facilidade arranjar empregos na esfera dos negócios, trabalhando como contabilistas, gerentes, chefes, funcionários bancários ou empregados em indústrias e firmas comerciais.<sup>59</sup>

Em 11 de Julho de 1914 foi promulgada a Portaria no 160 no Boletim Oficial, na qual foi designada uma comissão de reforma encarregada de “discutir e apreciar o plano de reforma do ensino em Macau”. A 30 de Julho do mesmo ano saiu um relatório, no qual se apontava sem rodeios, a urgência para que se tomassem medidas eficazes, no sentido de pôr termo ao problema do ensino público em Macau de forma cabal. De acordo com o relatório, em Macau havia mais gente que falava inglês do que português. Os macaenses tornavam-se capazes de falar e escrever em inglês correcto e fluente, depois de terem aprendido numa escola comercial privada durante dois anos. Por via disso, quase esqueciam o português

---

<sup>59</sup> Manuel Teixeira de Sampaio Mansilha, “O meu modo de ver ácerca da instrução que deve ser ministrada em Macau”, *Documentos para a História da Educação em Macau* (Macau: DSEJ, 1996-1998), Vol. 1, pp. 55-62.

aprendido na escola primária. Caso lhes fossem ministradas as disciplinas leccionadas nas escolas secundárias portuguesas, estas não correspondiam às necessidades de uma profissão onde podiam ganhar a vida. Era disso exemplo o Liceu de Macau, a cuja porta, quase nenhum aluno ia bater. Ao contrário do Liceu, algumas escolas particulares andavam super cheias, por serem dotadas de uma forma orgânica correspondente às aspirações dos macaenses. O dito relatório apontou todos os defeitos descobertos ao mau funcionamento do Liceu de Macau, tais como: a mudança constante de professores, a existência de privilégios e sobretudo o sistema do professor temporário e substituto. As escolas secundárias em Macau, nunca funcionaram sob uma supervisão, devida e rigorosa. De harmonia com o mesmo relatório, o Instituto Comercial, estabelecido por decreto publicado no Boletim Oficial de 10 de Agosto de 1901, depois de ter entrado em funcionamento teve um único aluno formado ao longo de 14 anos. Foram enumerados diversos motivos, entre os quais, os mais relevantes foram os que se seguem: 1) falta de conteúdos indispensáveis para o curso de comércio que quase impedia os alunos de obter conhecimentos relativos às práticas do comércio; 2) violação da lei fundamental do ensino, causada pelo facto de os alunos do 1º ao 5º ano aprenderem duas disciplinas ao mesmo tempo; 3) concepção incorrecta do curso de comércio, porque era tido como parte dependente do curriculum da escola secundária do segundo ciclo; 4) confusão e desordem, a nível do horário das aulas e organização das actividades de ensino, isto devido ao facto do ensino no curso de comércio decorrer conforme as regras do ensino secundário; 5) escassez de materias de ensino apropriados; 6) falta de rigor na contratação de professores; 7) falta de conexão necessária, entre o curso do ensino secundário e o curso do ensino do comércio; 8) falta de oferta de oportunidades a crianças chinesas para aprenderem português e chinês em simultâneo. Foram ainda apresentadas diversas sugestões para a reforma do ensino em Macau, das quais há a salientar as seguintes: criar um sistema feminino de educação a partir de uma base moderna, no sentido de preencher uma grande lacuna existente em termos de literatura, moral e educação familiar da mulher; fundar escolas portuguesas suficientes para crianças chinesas; estabelecer um sistema de supervisão eficaz e rigoroso; deixar o corpo docente contratado desempenhar o seu principal papel e distribuir-lhe tarefas suficientes e pagar aos docentes salários razoáveis.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> “Relatório da comissão de reforma”, *Documentos para a História da Educação em Macau*, Vol.1, pp.75-99.



### 3. Ensino em Macau depois da Revolução de Outubro em Portugal

A população de Macau em 1910 era de 74866, dos quais 55825 viviam em terra e 19041 em barcos. Em termos de nacionalidade, 71021 eram chineses, 3601 portugueses e 244 provenientes de outros países. Havia, por isso, 3 mil e tal pessoas a menos, em relação ao censo demográfico de 1896. Ao mesmo tempo verificou-se um aumento do número dos residentes que viviam em barcos. Neste período de tempo verificou-se que a população da Taipa e de Coloane sofreu uma queda considerável. Alguns macaenses seguiram outros rumos, Hongkong, Shanghai e outros portos da China, para onde foram tentar ganhar a vida depois de terem deixado os estudos.<sup>61</sup>

Em 1910 rebentou a Revolução de Outubro em Portugal e os soldados portugueses em Macau foram forçados a expulsar os crentes. Como resultado, muitos habitantes de Macau não tardaram a deixar a cidade para se irem refugiar em lugares vizinhos. Receoso de que essa mudança ou invasão brusca iria trazer prejuízos à economia, o Governo de Macau, mandou que o Leal Senado publicasse um aviso no qual se lia: 1) O Governo garante a paz completa; 2) O Governo garante proteger a vida e os bens dos mercadores chineses.<sup>62</sup>

A Revolução de Outubro em Portugal derrubou o poder régio que já durava há mais de 800 anos, fundando-se assim a primeira república. Em Macau, quando foi içada a bandeira com as cores vermelha e azul, os soldados aqui estacionados foram obrigados a cumprir a ordem do Governador de expulsar os jesuítas e as freiras.<sup>63</sup> De acordo com os jornais de Hongkong, 13 jesuítas deixaram Macau, rumando a Hongkong em Novembro de 1910. Destes, dois seguiram para Singapura, onde mais tarde se juntariam às missões portuguesas, outros foram para Cochin e para outras paragens.<sup>64</sup> O jornal *Ma Ci Xi Bao* não só relatou o incidente, como também entrevistou o Padre William Arkwright e com ele trocou ainda impressões acerca do ensino em Macau. Segundo ele, o Seminário de São José tinha 100 alunos internos e 150 externos, e não era a única insti-

<sup>61</sup> “Cadastro de residente permanente” *«Xiang Gang Hua Zi Ri Bao»*, 1911-7-10.

<sup>62</sup> “Edital”, BOGPM, 1910.12.3, Vol.10-No.49, p.431; “Jing Hai Yu Bo” *«Xiang Gang Hua Zi Ri Bao»*, 1911-12-3.

<sup>63</sup> “Pormenor do Motim em Macau”, *«Shenbao»*, 1910.12.10.

<sup>64</sup> “Os Jesuítas Deixaram Macau”, *«Xiang Gang Hua Zi Ri Bao»*, 1911-12-24.

tuição em Macau que se destinava a rapazes. O Liceu de Macau contava com 12 professores para pouco mais de dez alunos. Havia uma escola inglesa, na qual era professor, George Franklin Nightinale, subsidiada pelo Leal Senado. Durante a entrevista, o Padre William Arkwright referiu-se ainda aos seguintes factos: O Convento de Santa Clara, era destinado ao ensino da classe alta e o Convento de Santo António era destinado a crianças pobres, sendo as freiras a tomar conta delas.<sup>65</sup>

Depois de as freiras do Convento de Santa Clara terem deixado Macau, o Governo de Macau ordenou que se criasse uma comissão de inquérito, composta por Camilo Pessanha, Eduardo Grilo Lourenço e Álvaro César Correia Mendes, encarregados de fazer uma investigação sobre o Asilo de Santa Infância e sobre o Lar de Idoso, cuja administração cabia às “Raparigas de Xaile Preto” (freiras do Convento de Santa Clara<sup>66 e 67</sup>). Quanto ao ensino, procedeu-se à realização de um inquérito e apresentou-se um relatório sobre a Casa de Beneficência, a Casa das Raparigas (Asilo da Santa Infância), a Sam Pá Mum (Igreja de Sto. António), a Escola junto da Igreja de S. Lázaro, as escolas na Taipa, o Asilo da Santa Infância, a escola da Casa de S. Francisco Xavier (Escola da Casa de S. Francisco do Sagrado Coração de Jesus) em Mong-Há e as escolas em Coloane. A “Casa de Caridade tem duas escolas públicas, com 118 alunos externos e na Taipa há uma escola, com 50 crianças”. “Todos os alunos internos da Escola pública da Igreja de S. António e da Escola Pública de Mong-Há já as tinham deixado, entre eles contavam-se 18 estrangeiros. Todos os alunos da Escola Pública de Sam Pá Mun com 30 alunos chineses e a escola pública da Casa de S. Francisco Xavier com 27 alunos, foram já para fora da cidade de Macau. A Escola Pública de Mong-Há tinha 3 alunos que mudaram para o Asilo de Santa Clara e a Escola pública da Igreja de S. António tinha 21 alunos que se mudaram também para o dito Asilo. Verificou-se que 58 alunos não chineses já regressaram a casa. 33 internos chineses da escola de Sam Pá Mum e 3 internos chineses da escola de Mong-Há regressaram também a casa.” A Comissão de Inquérito sugeriu ainda que os alunos chineses pudessem frequentar as escolas públicas chinesas e eles ou os estrangeiros pudessem

<sup>65</sup> “The Jesuits from Macao”, *Hong Kong Daily Press*, 1910.11.21, p.2.

<sup>66</sup> Uma parte das freiras em Macau da altura usava chapéu branco e a outra, chapéu preto; as freiras de chapéu preto tomavam do Asilo de Santa Infância e da Igreja de S. António.

<sup>67</sup> “Os Jesuítas partem ou Ficam”, «*Xiang Gang Hua Zi Ri Bao*», 1911-12-5.

ir para as escolas públicas geridas pelo Leal Senado e as alunas pudessem ir para as escolas do governo.<sup>68</sup>

A Portaria no. 98, de 5 de Maio de 1915, foi publicada no Boletim Oficial. Nela o Governo de Macau concedia o Prémio República a todas as escolas existentes em Macau, prémio este também atribuído a alunos que tivessem as melhores notas, entre os quais se contavam: 1) alunos do Liceu de Macau, que frequentassem o curso normal e o curso de comércio suplementar; 2) alunos das 3 Escolas Municipais (Escola Central do Sexo Masculino, Escola Central de Meninas e Escola Portuguesa para Crianças Chinesas); 3) alunos da Escola República.<sup>69</sup>

De harmonia com o relatório sobre a inspecção sanitária, feito em 1923 e apresentado pelo Dr. António Nascimento Leitão, pôde afirmar-se que existia em Macau, na altura, um total de 118 escolas, das quais 12 portuguesas e 106 chinesas. Destas, 14 foram criadas por estrangeiros. O Liceu de Macau tinha na altura 51 alunos, dos quais 38 rapazes e 13 meninas; o Colégio de S. José, 466 alunos, dos quais 123 internos e 343 externos; o Colégio Salesiano de Dom Bosco contava com 220 internos; a Casa de S. Francisco Xavier possuía 217 alunos (incluindo 33 crianças do sexo masculino), dos quais 129 internos; a Escola Comercial Pedro Nolasco da Silva, 68 alunos, dos quais 39 meninas; a Escola Central de Rapazes, 108 alunos; a Escola Central de Meninas, 110 alunas; o Colégio de Santa Rosa de Lima, 125 alunos, dos quais 11 rapazes; a Creche Infantil, 55 crianças, das quais 20 do sexo masculino; a Escola de Meninas Sino-Portuguesa, 75 alunos; a Escola República I, 100 alunos; a Escola República II, 38 alunos inscritos; a Escola Feminina de S. Lázaro, 70 alunas, das quais 6 crianças do sexo masculino; a Escola Masculina de S. Lázaro, 86 alunos.<sup>70</sup> O total de alunos era de 1789.

#### 4. A Igreja Católica prestava educação gratuita às crianças

O bispo D. José da Costa Nunes apresentou em Fevereiro de 1925 um relatório de trabalho de protecção à infância, da diocese, no qual se

<sup>68</sup> “Relatório”, BOGPM, 1911.1.28, Vol.11-No.4, pp.45-46.

<sup>69</sup> “Portarias, No.98”, BOGPM, 1916.5.6, Vol. 16-No.19, p.251.

<sup>70</sup> “Escolas de Macau, Relatório da inspecção sanitária”, BOGPM, 1924.2.9, No.6, pp.91-95.

referia a salas de aulas destinadas para órfãos e crianças pobres, as quais se encontravam espalhadas pelo Colégio de S. José, pelo Orfanato da Imaculada Conceição, pela Casa de Beneficência, pelo Asilo da Santa Infância, pelo Colégio de Santa Rosa de Lima, pela Casa de S. Francisco Xavier, pela Escola de Meninas de S. Lázaro, pela Escola de Rapazes de S. Lázaro, pela Escola Masculina da Taipa, pela Escola Feminina da Taipa e pela Escola de Rapazes de Coloane.

O Colégio de S. José encontrava-se dividido em duas partes; uma exclusivamente destinada à formação de clérigos e a outra ao curso comercial, contando com 187 alunos, dos quais 4 europeus, 40 portugueses, 129 chineses, 7 timorenses, 4 peruanos, 2 indianos, 2 indonésios e 1 holandês. Quase todos os alunos eram pobres e gozavam de educação gratuita. Tinha ainda uma divisão responsável pelo internato, sem falar no orfanato, que recolhia e proporcionava o ensino a descendentes de portugueses. O Orfanato da Imaculada Conceição era uma escola técnica profissional gratuita, gerida por Salesianos do Colégio Dom Bosco, com 220 internos. A construção dessa escola começou em 1906 e lá ministravam-se as disciplinas de Chinês e de Português, para além das disciplinas de Confecção de calçado, Costura, Impressão, Encadernação de livros, Carpintaria, Marcenaria e Música. A construção da Casa de Beneficência iniciou-se em 1877, tendo como principal objetivo, dar asilo e educação a meninas, que eram divididas em grupos conforme a idade e a condição. Possuía dois internatos e dois orfanatos, com 111 alunas internas. Os orfanatos foram criados só para crianças macaenses e chinesas, perfazendo um total de 135, capazes de adquirir certos conhecimentos de cultura e de especialidade. O Asilo da Santa Infância era também uma casa de caridade para dar abrigo a crianças chinesas abandonadas pelos pais. O Colégio de Santa Rosa de Lima era uma instituição que oferecia ajuda e ensino gratuito a crianças, tendo na altura 120 meninas chinesas e portuguesas. A Casa de S. Francisco de Xavier era destinada a albergar crianças deficientes chinesas. Para além dessas instituições e escolas, merecem ainda menção duas escolas em S. Lázaro, com 93 alunos, duas na Taipa (114 alunos) e uma em Coloane com 25 alunos. Eram as escolas que ofereciam educação gratuita às crianças chinesas.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> “Relatório do Bispo de Macau”, *Documentos para a História da Educação em Macau*, Vol.1, pp.282-285.

#### IV. Conclusão

No presente trabalho foi dada ênfase especial aos elementos reunidos sobre a educação e o ensino em Macau proporcionados por estrangeiros nos finais do século XIX, para que se conheça melhor, a influência exercida pelos missionários no ensino em Macau.<sup>72</sup> O Colégio da Imaculada Conceição teve por objectivo principal dar educação a meninas órfãs e abandonadas e o Convento de São José teve por objetivo, não só proporcionar educação a crianças do sexo masculino, como ainda formar clérigos. Os jesuítas foram expulsos de Macau, por duas vezes, entre 1870 e 1910, o que afectou em certo grau a educação dos macaenses e de parte dos chineses. Foi nessas circunstâncias que nasceu a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses. Quanto ao Governo de Macau, este deu educação a crianças macaenses e chinesas, na altura, quando se verificavam muitos problemas no ensino público, pelo que Manuel Teixeira de Sampaio Mansilha apresentou algumas sugestões a esse respeito. Em resumo, foram todas favoráveis a satisfazer as necessidades de emprego dos macaenses. O Governo de Macau publicou em 1914 no Boletim Oficial uma Portaria que permitia a criação de uma comissão, no intuito de reformar e melhorar o ensino público em Macau. Todavia, importa referir a sugestão de construir escolas suficientes para que as crianças chinesas pudessem aprender português. Isso deixa bastante claro que o ensino público na altura não se destinava a chineses, ao passo que as escolas católicas ofereciam muitas oportunidades a crianças de famílias carenciadas, que, por seu turno, eram capazes de receber educação à portuguesa. Como a maior parte da população de Macau era chinesa, o número das escolas particulares era predominante. Mais tarde, o autor tenciona abordar este assunto.

---

<sup>72</sup> Xiaquan, “Estudos sobre as missões em Macau durante os finais da dinastia Qing”, *«Estudos de Macau»*, no 17, 2003.6, pp.181-191.

